



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD

PROJETO BÁSICO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada em obras para a Pavimentação em Paralelepípedo e Drenagem dos efluentes líquidos referente a Primeira Etapa do acesso ao Povoado Pinga Fogo no município de General Maynard, conforme Contrato de Repasse MIDR 912146/2021 - Operação 1076193-46 - Programa de Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado.

1. JUSTIFICATIVA:

A pavimentação e drenagem de uma via são elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar das comunidades, apresentando uma série de benefícios técnicos, econômicos e sociais que justificam a realização dessas intervenções. Melhoria da acessibilidade e mobilidade, segurança viária, desenvolvimento econômico, prevenção de inundações e qualidade de vida são alguns motivos que sustentam a necessidade de pavimentar e de sistema de drenagem.

Considerando que se trata de serviços de engenharia com valor previsto no Art. 23, inciso I, alínea "b" da Lei 8.666 de 1993, orienta-se a contratação através da licitação, atendendo aos princípios da eficiência, transparência, legalidade, economicidade, moralidade, publicidade, eficiência, impessoalidade e da celeridade, atendendo ao interesse público envolvido.

A referida pavimentação trará melhorias substanciais à qualidade de vida dos moradores locais. A acessibilidade melhorada proporcionada por uma superfície pavimentada elimina os incômodos associados às estradas de chão, como lama, poeira e buracos. Isso tornará mais simples o acesso diário a serviços essenciais, como escolas, unidades de saúde, locais de trabalho e estabelecimentos comerciais.

Além disso, a pavimentação do acesso ao Pinga Fogo contribui diretamente para a segurança viária. Uma estrada pavimentada oferece uma superfície mais estável, reduzindo os riscos de acidentes causados por condições precárias. Isso criará um ambiente mais seguro tanto para veículos quanto para pedestres.

A saúde e o bem-estar dos moradores também serão favorecidos. A diminuição da poeira proveniente das estradas de chão terá um impacto positivo na saúde respiratória dos munícipes, diminuindo alergias e doenças respiratórias relacionadas.

Além dos benefícios diretos para os moradores, a pavimentação traz implicações importantes para o potencial econômico da região. A melhoria na infraestrutura proporcionará o acesso a novas oportunidades, facilitando o alcance a mercados, fornecedores e clientes. Isso poderá estimular o crescimento de empreendimentos locais e pequenos negócios.

Em resumo, a pavimentação e drenagem é uma medida estratégica que trará vantagens para os moradores locais, fomentará o desenvolvimento econômico e estabelecerá um ambiente mais seguro e agradável para toda a comunidade. A consideração de todos esses aspectos realça a importância dessa decisão em prol do progresso sustentável e do bem-estar geral da região.

2. REGIME DE EXECUÇÃO DA OBRA:

O objeto desta contratação será executado em regime de Empreitada por Preço Global e atenderá toda legislação em vigor, em especial ao decreto 7983/2013 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7983.htm).

3. PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA:

O prazo de execução da obra será de 5 (cinco meses) e a vigência contratual de 12 (doze)



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD

meses.

4. **COMPOSIÇÃO DO PROJETO BÁSICO**

- Orçamento analítico – (Planilha, Composições, Cronograma FF, PLQ, QCI, Detalhamento de BDI e Encargos Sociais (Vigentes);
- Memorial com descrição da solução adotada, dotação orçamentária, regime de execução, edemais informações pertinentes;
- o Especificações Técnicas, contendo o detalhamento dos serviços a serem executados, inclusive os materiais que serão utilizados;

5. **CAPACIDADE TÉCNICA**

5.1. Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU do domicílio ou sede da licitante (art. 30, I da Lei nº. 8.666/93).

5.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características dessa licitação, quantidades e prazos conforme as planilhas em anexo a este termo de referência, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (art. 30, II e §1º, I da Lei nº. 8.666/93), da forma que segue:

- 5.2.1. A capacitação técnico-profissional susoaludida será feita mediante comprovação de a licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU do domicílio ou sede da licitante, com apresentação de registro válido à data prevista para entrega da proposta (Certidão de Registro e Quitação – arts. 68 e 69 da Lei nº 5.194/66), **tal comprovação será feita mediante apresentação de Carteira de Trabalho e Previdência Social, Contrato firmado entre empresa e Responsável Técnico ou contrato social em se tratando de sócio da empresa**, e declarado na forma do Anexo XIII, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, atestado(s) esse(s) devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, o(s) qual(is) deverá(ão), também, ser apresentado(s).
- 5.2.2. A indicação das instalações e do aparelhamento será feita mediante a apresentação da relação explícita e da declaração formal de sua disponibilidade, na data prevista para entrega da proposta.
- 5.2.3. Comprovação de que recebeu os documentos, e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, na forma do Anexo III, (art. 30, III da Lei nº. 8.666/93).

6. **VALOR GLOBAL MÁXIMO DA OBRA**

R\$ 322.140,05 (trezentos e vinte e dois mil, cento e quarenta reais e cinco centavos).

7. **CRITÉRIO DE REAJUSTE**

7.2. Os preços contratados, em moeda corrente brasileira, serão



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD

irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados data de apresentação das propostas;

7.3. Os valores ora pactuados poderão sofrer reajustamento se o prazo dos serviços ultrapassar 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias consecutivos, conforme estabelece a Lei nº. 8.880/94, ou na ocorrência de outras normas que venham a ser editadas pelo Governo Federal, com a finalidade cobrir flutuações no custo dos insumos, na mesma proporção e periodicidade da variação, verificada nos índices do Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas, por tipo de obras apurados pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, desde que compatível com o preço de mercado, na forma do art. 40, XI da Lei nº. 8.666/93;

7.4. Após o prazo previsto no item anterior as Serviços/Obras serão reajustadas pelo **Índice Nacional do Custo da Construção- INCC**, por tipo de obras apuradas pela FGV - Fundação Getúlio Vargas.

7.5. O reajustamento de preços a que se refere esta Cláusula será calculado com base na seguinte fórmula:

$$R = V \frac{I1 - I0}{I0}, \text{ onde: } I0$$

R = é o valor do reajustamento procurado;

V = é o saldo do preço inicial a ser reajustado;

I0 = é o índice setorial de preços correspondente ao serviço executado, informado ou divulgado na **coluna 35 - Edificações** pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou mensalmente publicado em sua "Revista Conjuntura Econômica", correspondente ao mês da apresentação das propostas;

I1 = é o índice setorial de preços correspondente ao serviço executado, informado ou divulgado na **coluna 35- Edificações** pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, ou mensalmente publicado em sua "Revista Conjuntura Econômica", correspondente ao décimo-segundo mês após a data da apresentação das propostas;

7.6. No cálculo do reajuste conforme a fórmula descrita no **item 18.3**, somente será admitida 04 (quatro) decimais, sem aproximação ou arredondamentos.

7.7. Enquanto não informados ou divulgados os índices correspondente ao 12º mês para efeito de definição do índice I1, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo, quando informado, divulgado ou publicado o índice definitivo, a correção do cálculo e o devido encontro de contas na ocasião do pagamento da fatura subsequente.

7.8. No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da CONTRATADA, os reajustes serão calculados até o mês previsto no Cronograma físico-financeiro, para o evento gerador do faturamento.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente desta Licitação correrá à conta das seguintes DotaçõesOrçamentárias:

UNID. ORÇAMENTÁRIA: 16022 – Secretaria Mun. de Infra-Estrut. e Serv. Públicos,
AÇÃO: 1032 Abertura, Recuperação E/Ou Pavimentação De Vias,
CLASSIFICAÇÃO: 4490510000 - Obras e Instalacoes,
FONTE DE RECURSOS 15000000 e 17000000

9. RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Prefeitura Municipal de General Maynard, Praça da Matriz, S/N Centro, General Maynard-SE
Tel: (79) 3268-1254 CNPJ: CEP: 49.750-000



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD

9.2. A CONTRATANTE, durante a vigência deste Contrato, se obriga a:

- 9.2.1. Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA;
- 9.2.2. Notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas nos serviços executados;
- 9.2.3. Atestar(a) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), após o aceite dos serviços;
- 9.2.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;
- 9.2.5. Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos serviços;
- 9.2.6. Designar representante com competência legal para proceder ao acompanhamento e fiscalização dos serviços.
- 9.2.7. O representante da Administração anotará em **registro próprio** todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 9.2.8. Para o atendimento do item anterior, será formalizado o **DIÁRIO DE OBRAS** para o acompanhamento das atividades diárias com ênfase no cronograma. No Diário também poderão conter críticas e restrições a respeito dos trabalhos da contratada, seus prepostos e sua equipe.
- 9.2.9. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada por **um representante da Administração especialmente designado (engenheiro ou arquiteto)**, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição conforme disposto no **Art. 67 da Lei Federal nº 8.883/1994**. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração, deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.
- 9.2.10. O Fiscal da Obra, deverá emitir documento de responsabilidade técnica referente a fiscalização da execução da obra.

9.3. A CONTRATADA, durante a vigência deste Contrato, se obriga a:

- 9.3.1. Executar fielmente o objeto contratado, o prazo estipulado e especificações previstas no Memorial Descritivo – Anexo I do edital, partes integrantes deste instrumento;
- 9.3.2. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que, a critério do Município, se façam necessários nas obras e serviços, objeto deste Contrato, até os limites fixados no § 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93;
- 9.3.3. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- 9.3.4. Assumir inteira e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução deste Contrato, sejam essas de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade da Secretaria, relativamente a esses encargos, inclusive os que, eventualmente, advirem de prejuízos causados a terceiros;
- 9.3.5. Manter no escritório da obra o livro de ocorrências de obras, onde serão anotadas todas as ocorrências havidas na execução dos serviços, livro este que será assinado semanalmente pelo responsável técnico da Contratada e pelo engenheiro fiscal da obra;
- 9.3.6. Manter, durante toda execução do Contrato, as condições inicialmente pactuadas de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.3.6.1. Será assegurada a Secretaria a fiscalização na execução dos trabalhos contratados, comprometendo-se a Contratada a fornecer informações, dados e elementos que lhe forem requisitados pela



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD

Contratante.

9.3.7. A responsabilidade do empreiteiro é integral para a obra contratada nos termos do Código Civil Brasileiro.

9.3.8. É de responsabilidade do empreiteiro a impressão de todo e qualquer Projeto referente à obra, objeto de licitação, conforme arquivo digital encaminhado ao setor de licitação.

9.3.9. É de responsabilidade da empreiteira a emissão do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

9.3.10. Caberá à Empreiteira verificar o local da obra e junto à mesma, certificar-se de todos os serviços já executados como também, dos projetos já elaborados (projetos arquitetônicos).

9.3.11. Empreiteira ao assumir o contrato desta obra, integralmente responsável pelos serviços e projeto existentes e complementares para o funcionamento das vias.

A presença da Fiscalização não implica na diminuição da referida responsabilidade.

9.3.13. É de inteira responsabilidade do empreiteiro, a reconstituição de quaisquer danos e avarias causados a serviços realizados, motivados pela construção, inclusive nos de viação e urbanização.

9.3.14. A Empreiteira tomará as precauções e cuidados no sentido de garantir inteiramente a estabilidade de prédios vizinhos, canalizações e redes que possam ser atingidas, pavimentação das áreas adjacentes e outras propriedades de terceiros e, ainda, a segurança de operários e transeuntes durante a execução de todas as etapas da obra, pois qualquer dano, avaria, trincadura, etc., causados a serviços ali existentes, serão de inteira responsabilidade do empreiteiro e as despesas efetuadas na reconstituição de qualquer serviço correrão por sua conta.

9.3.15. Os ensaios, testes e demais provas exigidas pela Fiscalização e normas técnicas oficiais para boa execução da obra correrão por conta do empreiteiro.

9.3.16. É de inteira responsabilidade do empreiteiro a apresentação ao engenheiro fiscal de obra, de todo e qualquer material a ser utilizado na mesma, antes da sua aplicação, para análise e aprovação pela Fiscalização.

9.3.17. Não serão aceitos pela Fiscalização os serviços executados com material que não tenham sido previamente aprovados.

9.3.18. A solicitação de aprovação do material a ser utilizado será feita pelo empreiteiro à Fiscalização, por escrito, através de folha de Boletim de Informações anexado às amostras que se fizerem necessárias. A Fiscalização não tomará conhecimento de materiais que, porventura, existam no canteiro e que não tenham sido encaminhados à aprovação, de acordo com a discriminação acima, podendo inclusive solicitar retirada no prazo de quarenta e oito (48) horas, deste material de canteiro da obra. Uma vez aprovados os materiais a serem utilizados, as demais partidas ficarão sujeitas a aceitação pela Fiscalização, sendo impugnadas as que estejam em desacordo com a(s) já aprovada(s) e com o estabelecido nas especificações dos referidos materiais.

9.3.19. A Empreiteira, sob nenhum pretexto, poderá argumentar desconhecimento do local onde irá implantar a referida obra.

9.3.20. Deverá, obrigatoriamente, a Empreiteira ter no local da obra um profissional (engenheiro), legalmente habilitado no CREA da 21ª Região/CAU, como responsável geral da obra, auxiliado por encarregados gerais.

9.3.21. É o empreiteiro responsável pela retirada do local da obra, no prazo de quarenta e oito

(48) horas, a partir da notificação fiscal, de todo e qualquer material impugnado pela Fiscalização.

9.3.22. Todo e qualquer serviço mencionado em qualquer documento que venha a integrar o Contrato (plantas, cortes, detalhes, especificações, instalações etc.) será executado obrigatoriamente sob a responsabilidade do empreiteiro, inclusive detalhes construtivos e outros que não estiverem incluídos nos planos da Secretaria de Obras, Transportes e Urbanismo, os quais deverão, antes de executados, ser aprovados.

9.3.23. Caberá a Empreiteira verificar e conferir todos os documentos e instruções que



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD

Ihe forem fornecidos pela Secretaria de Obras, comunicando a esta qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada que desaconselhe ou impeça a sua execução. A não observância deste dispositivo transferirá a Empreiteira todas às responsabilidades pelo funcionamento ou instabilidade dos elementos defeituosos. Caberá igualmente à Empreiteira, a elaboração dos detalhes construtivos necessários aos trabalhos e que não estejam incluídos nos planos fornecidos pela Secretaria de Obras, Transportes e Urbanismo.

9.3.24. Deverá a Empreiteira facilitar por todos os meios os trabalhos da Fiscalização, mantendo inclusive no escritório (local da obra), em perfeita ordem, uma cópia completa de todos os projetos, detalhes, especificações, ordem de serviço e livro de ocorrências.

9.3.25. Deverá a Empreiteira efetuar a limpeza periódica da obra, com a remoção dos entulhos resultantes, tanto no canteiro da mesma, como no canteiro de serviço.

9.3.26. No caso de não estarem os trabalhos sendo conduzidos perfeitamente de acordo com os desenhos, detalhes, especificações e instruções fornecidas ou aprovadas por esta Secretaria de Obras, Transportes e Urbanismo ou de modo geral com as regras da arte de construir, poderá

esta Secretaria, além das sanções previstas neste instrumento ou na legislação que rege a matéria, determinar a paralisação total ou parcial dos trabalhos defeituosos, bem como a demolição e reconstrução dos mesmos, que será realizada pela Empreiteira. Do mesmo modo deverão ser removidos do canteiro da obra, pela Empreiteira, os materiais resultantes dessas demolições e aqueles que não atenderem aos padrões de aceitação estabelecidos.

9.3.27. Registrar **preposto** integrante do seu quadro de funcionários e/ou sócios, junto à **Secretaria Municipal de Obras**, que será responsável pela transações e recebimento de documentos referente a contratação de cada Secretaria, em caso do desligamento do mesmo, a contratante deverá ser informada imediatamente.

9.3.28. A contratada deverá realizar o cadastro da obra junto ao INSS e CREA, e apresentar ao Fiscal do Contrato o CNO – **Cadastro Específico do INSS**, e a **ART – Anotação de Responsabilidade Técnica** referente a responsabilidade de execução da obra, em **até 05 (cinco) dias** após o recebimento da Ordem de Serviços.

9.3.29. **Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir** às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, de forma imediata ou em prazo estipulado, a contar da data de recebimento **Notificação** emitida pelo Fiscal da Obra.

9.3.30. **Submeter** à aprovação do Contratante toda e qualquer necessidade alteração que impacte na execução do objeto contratado, em face de imposições técnicas ou de cunho administrativo e legal. Resguardado o direito de município de não efetuar pagamento de itens executados de forma incorreta, alterados e/ou desobedecendo o disposto na planilha orçamentária, e/ou não contratados.

9.3.31. **Apresentar** sempre que solicitado documento fiscal especificando todo o material empregado na obra, com indicação de preços unitários e total;

9.3.32. **Respeitar** as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Contratante;

9.3.33. **Responder** pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, durante o fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.

9.3.34. **Solicitar em tempo hábil**, todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais;

9.3.35. **Manter**, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, durante a execução do instrumento contratual, todas as condições de habilitação exigidos(as) na licitação.

9.3.36. **Prestar todos os esclarecimentos** que forem solicitados pela fiscalização do contratante.

9.3.37. **Cumprir e fazer cumprir** (seus prepostos e/ou conveniados) as leis, regulamentos e posturas, bem como quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes pertinentes à matéria de objeto da contratação, cabendo-lhe única e exclusiva



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE GENERAL MAYNARD

responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes.

9.3.38. **Fornecer e manter atualizado** o endereço postal e eletrônico, bem como o número de telefone fixo, celular e e-mail, a fim de que a **Secretaria Municipal de Obras, Transportese Urbanismo** mantenham os contatos necessários;

9.3.39. **Comunicar** imediatamente a **Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Urbanismo**, todas as alterações eventualmente ocorridas no ato constitutivo da empresa contratada.

9.3.40. **Responsabilizar-se** por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto.

9.3.41. **Indenizar** o Município de General Maynard/SE, por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

9.3.42. Apresentar PGRCC para cumprimento de licenciamento ambiental, e seguir estritamente a licença ambiental e orientações pertinentes dos órgãos ambientais regulatórios.

9.3.43. A empresa até a primeira medição deverá apresentar a licença Ambiental da Jazida para a extração de minerais utilizados na construção civil, ornamentais e outros (Granito), necessários para execução do objeto licitado autorização emitida pela AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO.

9.3.44. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei no. 8.666/93 e no presente Edital.

General Maynard, 04 de julho de 2023.

Georgenes Santos Melo
Responsável Técnico CREA
271240384-3